

PROTAGONISTA

ENTREVISTA LUÍS FILIPE PEREIRA Presidente do Fórum dos administradores e gestores de empresas (fae)

“Quem cria riqueza em Portugal são os gestores”

O tema da ética e da integridade é uma das áreas mais importantes do Fórum. Trata-se de difundir alertas de auto-regulação que podem mais tarde vir a ser penalizados pelas leis.

ANTÓNIO SARMENTO
E GUSTAVO SAMPAIO
asarmen@jornaleconomico.pt

A digitalização da economia, a disrupção nas empresas ou o papel dos gestores serão alguns dos temas em destaque no próximo congresso do Fórum de Administradores de Empresas, presidido por Luís Filipe Pereira. O primeiro congresso, realizado em novembro do ano passado, constituiu o “momento fundador de uma participação institucional dos gestores na discussão dos temas mais relevantes do País”.

No próximo congresso do FAE, marcado para o dia 30 de novembro, quais serão os grandes temas em debate? Queremos lançar temas como a digitalização da economia e a disrupção em alguns setores. Há disrupção na banca, nos seguros ou na energia. A digitalização vai mudar radicalmente a nossa maneira de viver e também nas empresas. Queremos trazer ainda para o congresso o tema das exportações. Esta reflexão no tecido empresarial português, sobre as empresas que cada vez mais estão inseridas em cadeias de valor internacionais, e que contribuem para as exportações é uma realidade diferente da realidade tradicional - em que se vendia para o cliente final. Outro tema estará relacionado com os gestores portugueses, que têm tido um papel muito importante em empresas internacionais.

A questão do aumento do salário mínimo nacional em 2019 também vai ser discutida? É provável que seja trazido à discussão por qualquer um dos intervenientes no congresso. A questão do salário mínimo é um aspecto

importante, de facto, que os gestores têm de ter em conta. Eu aí tenho uma experiência, pois fui presidente do Conselho Económico e Social, no âmbito do qual se tem vindo a discutir o salário mínimo. E eu penso que é o fórum adequado para essa discussão. Acho que não deve ser o Governo a decidir unilateralmente, nem as associações patronais, nem os sindicatos. A questão deve ser discutida, deve chegar-se a um resultado através de negociação no Conselho Económico e Social. Houve uma tentativa, logo no início da minha presidência, de discutir a questão do salário mínimo no Parlamento. O que disse na altura, repito agora, é que isso não é uma negociação, é uma imposição. Se é o Parlamento que decide

tudo, para que serve a Concertação Social? A Concertação Social, como o próprio nome indica, é o espaço onde os intervenientes, neste caso tripartidos (Governo, sindicatos e patronatos), têm de chegar a um acordo, um consenso, através de negociação.

Qual é o papel do gestor na sociedade?

Os gestores são uma categoria bastante heterogénea. Há gestores que têm *background* escolar ou outros graus académicos mas também há muitos que não têm qualquer *background* escolar. Nem têm de ter. O papel do gestor em Portugal não se pode reduzir a ter uma licenciatura ou um grau académico. Por outro lado, estão presentes em todos os setores da vida empresarial portuguesa, estão geograficamente dispersos e em empresas de mais variada dimensão. Quem cria riqueza em Portugal são os gestores. Não é o Estado que cria riqueza. Uma das componentes que faz parte desta reflexão tem a ver com a ética, um aspeto fundamental.

Pode dar um exemplo?

Nos últimos anos, os casos mediáticos que ocorreram ilustram bem a importância da ética no meio empresarial. Estamos a falar, por exemplo, do BES. Os lesados desse grupo empresarial, que tinham os seus bens, ficaram lesados de um momento para o outro. Claro que também temos as vicissitudes do mercado - se os clientes não quiserem mais um produto e desviarmos o nosso consumo, é evidente que a empresa vai à falência por razões de concorrência. Não estou a dizer que, pelo facto de termos códigos éticos muito perfeitos, salvaguardamos a empresa de ir à falência. Mas isso faz parte da iniciativa privada e da iniciativa de mercado.

Considera que essa dimensão ética deve partir de uma autorregulação e não de mais leis?

As leis existem para penalizar e isso tem que existir como é óbvio. Mas a ética é preventiva, um código de conduta de procedimentos e de comportamentos. Esta diferença é muito importante. Quando falamos de ética é o de difundir na sociedade portuguesa, neste caso nos gestores, alertas de autorregulação que previnam atos que mais tarde podem vir a ser penalizados por essas leis. E esta é uma distinção que muitas vezes não aparece em termos públicos, mas é interessante.

A falta de formação de alguns gestores é muitas vezes apontada como falta de eficiência económica.

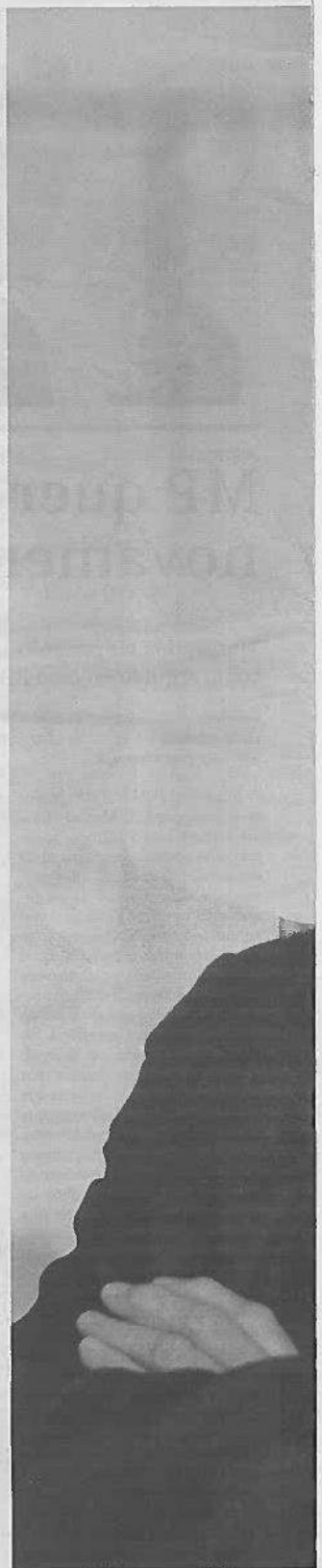
Concorda com essa visão?

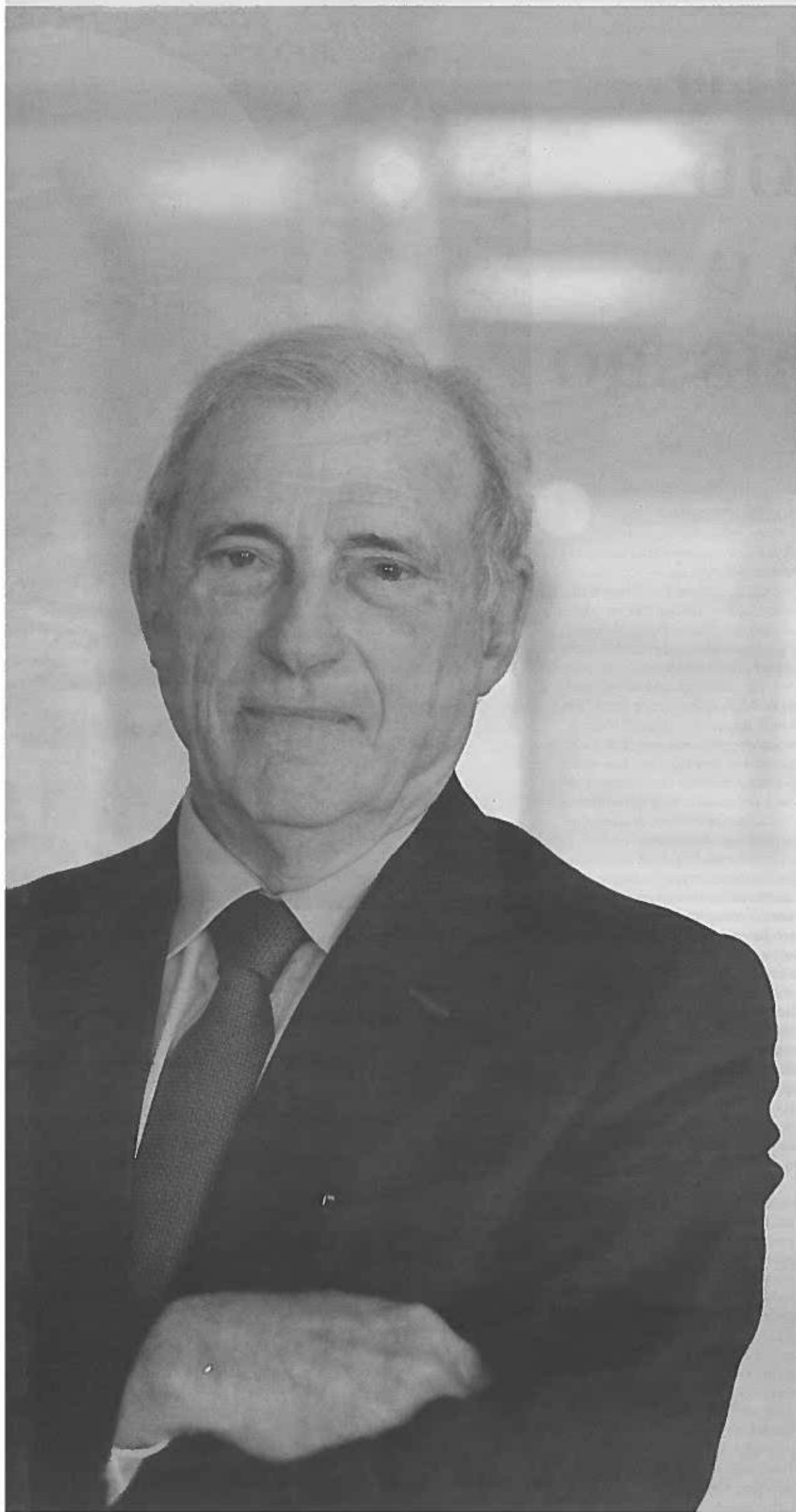
Não é inevitável nem é necessário que o gestor tenha de ter um grau académico para gerir uma empresa. Claro que as pessoas que tiveram oportunidade de ter a frequência de graus académicos aumentam a probabilidade de terem comportamentos mais eficientes. O empresário Américo Amorim não tinha conhecimentos formais académicos e construiu um dos maiores impérios empresariais em Portugal. E preciso lembrar o seguinte: 99% das empresas portuguesas são PME. É desejável que esses gestores tenham formação académica? Claro que sim mas não é um anátema.

Isso também tem a ver com uma questão geracional? Claro que sim. A escolaridade massificou-se. A situação é completamente diferente de há 40 anos. Há desafios que não estão ainda vencidos e que é muito importante serem vencidos na área

“

Os gestores são uma categoria bastante heterogénea. Estão presentes em todos os setores, geograficamente dispersos e em empresas de mais variada dimensão





Cristiano Bernardino

da Educação - que é o de aumentarmos a escolarização ao nível do ensino secundário e depois universitário. As condições são melhores do que no passado mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Quais os principais problemas dos gestores enquanto responsáveis das suas empresas?

Não vou falar apenas das empresas que estão no PSI 20 (são grandes, com gestores reconhecidos, *background* de experiência e mercados consolidados) mas estou a referir-me basicamente às centenas de milhares de PME que constituem maioritariamente o tecido empresarial português. Essas têm tipicamente, se lhes for perguntar, problemas de mercado. Os mercados são diferentes. Mas em termos transversais temos o problema da burocracia, que continua a existir em Portugal, o problema fiscal e do acesso ao crédito e ao financiamento, sobretudo nas pequenas e médias empresas.

O tecido empresarial português está preparado para o impacto da digitalização?

É inevitável que tenha de estar preparado. Em alguns setores é uma condição de sobrevivência. Por exemplo, veja o caso do setor livreiro. Hoje, cada vez mais, as pessoas compram livros na Internet. As plataformas digitais transformaram-se no mercado em si. Há até plataformas que fazem a ligação entre os que querem comprar e os que querem vender. Ao nível internacional fala-se da Amazon, Alibaba, expoentes da digitalização. Não é uma questão de estar ou não preparado, ou se preparam para isso ou desaparecem.

No setor dos transportes, o diferendo entre os táxis e a Uber e outras plataformas digitais, verifica-se um arrastar da situação ao nível político, a regulação tarda em ser definida. Estes processos não deveriam ser mais ágeis?

Isso tem a ver com uma nova forma de satisfazer as necessidades das pessoas. Se a Uber tiver êxito face aos táxis, como tem tido, quem acaba com os táxis não é a Uber, somos nós como clientes, somos nós que preferimos cada vez mais aquele outro serviço. Acho bem que haja regulação que não dê vantagens indevidas a uma Uber face aos táxis. Há aspectos de regulação, com certeza. Mas no fim do dia, se os táxis desaparecessem como os conhecemos, somos nós consumidores que acabamos com eles, não é o Estado nem é a Uber, somos nós que preferimos aquele tipo de serviço em vez do outro. É evidente que compete ao

poder político estabelecer regras de regulação que se apliquem aos dois setores. Mas a partir do momento em que há essas regras, somos nós que tomamos a decisão. Não é o Governo que me vai dizer para eu pegar no telemóvel e chamar a Uber, sou eu que tomo essa decisão. Portanto, esta questão da digitalização, no caso dos táxis, é também condição de sobrevivência. Porque as novas gerações vão ter comportamentos em que a digitalização tem um papel central.

É uma questão de sobrevivência...

Sim, é isso que a digitalização vai trazer. Veja o caso da Amazon, tornou-se a maior vendedora de livros do mundo e, no entanto, não tem livrarias. E o caso da Airbnb, é a maior empresa hoteleira mas não tem hotéis. É bom que comecemos a pensar que a digitalização vai mudar a forma como consumimos. As empresas têm que se preparar para isso, ou então desaparecem em alguns setores.

A Uber não tem táxis, a Airbnb não tem hotéis, a Amazon não tem livrarias, na prática são serviços de intermediação que depois cobram taxas aos prestadores reais desses serviços. Estes negócios não têm uma componente "parasitária"?

Desde sempre que o comércio fez esse papel de intermediação entre o produtor e o consumidor. O comércio compra junto dos produtores e depois vende aos consumidores. A digitalização está a fazer exatamente a mesma coisa, mas com novas tecnologias. No fundo, a digitalização é um conjunto de tecnologias disruptivas. Hoje a Internet transformou-se naquilo que eram os mercados antigamente, hoje é tudo feito por via digital. Agora, são "parasitários"? Não, na medida em que o comércio não é "parasitário". Até porque tem um fator importante que é o de baixar custos. Quando tem escala ao nível global, pode baixar custos para o consumidor. A digitalização traz preços mais baixos para o consumidor final.

A questão é que esses intermediários cobram taxas aos produtores...

Mas as empresas são meios de que as sociedades se servem para satisfazer as suas necessidades. No fim da linha está a pessoa, estamos nós como consumidores. Se os consumidores forem satisfeitos com qualidade, eficiência e preços mais baixos, além da criação de emprego, são as empresas que têm de se adaptar. As empresas são instrumentos que têm de se adaptar ao mercado e não o inverso. ●